

O RACISMO AMBIENTAL ENQUANTO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E TERRITORIAL: UM ESTUDO DO ASSENTAMENTO JUAZEIRO NO SERTÃO PARAIBANO

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre¹

 <https://orcid.org/0000-0003-1770-869X>

Luan Gomes dos Santos de Oliveira²

 <https://orcid.org/0000-0001-6642-0006>

RESUMO

O artigo parte da problemática do racismo ambiental em um Assentamento de Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba, enquanto um conflito de ordem socioambiental e territorial, observando o impacto que raça e classe assumem neste cenário de correlações de forças, num contexto de reprodução das desigualdades socioespaciais, inseridas no problema do acesso à terra, compreendendo a demarcação racial como intrínseca a esse processo. A pesquisa sugere-se qualitativa, configura-se como exploratória, fazendo uso da pesquisa documental com a utilização das legislações, como também o uso da pesquisa de campo realizada no Assentamento Juazeiro, município de Marizópolis-PB. Para coleta de dados, foi estruturado um questionário, com o intuito de contemplar as categorias trabalhadas no decorrer da pesquisa bibliográfica. A base teórico-metodológica voltou-se para a teoria social crítica, que possibilitou uma maior visão e entendimento sobre o fenômeno social. Como resultado, pôde-se constatar que o espaço do Assentamento Juazeiro é sede para algumas expressões do racismo ambiental, da degradação do meio ambiente e de dificuldades vivenciadas desde sua criação com relação à proteção social e ao preconceito.

Palavras-chave: Raça. Racismo Ambiental. Questão Ambiental. Assentamentos.

ENVIRONMENTAL RACISM: A STUDY OF THE JUAZEIRO SETTLEMENT IN THE SERTÃO PARAIBANO

ABSTRACT

The article starts from the problem of environmental racism in an Agrarian Reform Settlement in the Alto Sertão da Paraíba, as a socio-environmental and territorial conflict, observing the impact that race and class assume in this scenario of correlations of forces, in a context of reproduction of inequalities. socio-spatial, inserted in the problem of access to land, understanding racial demarcation as intrinsic. The research is qualitative, configured as exploratory, making use of documental research with the use of legislation, as well as the use of field research carried out in the Juazeiro Settlement, municipality of Marizópolis-PB. For data collection, a questionnaire was structured, in order to contemplate the categories worked during the bibliographic research. The theoretical-methodological basis turned to critical social theory, which enabled a greater vision and understanding of the social phenomenon. As a result, it could be seen that the space of the Settlement Juazeiro is home to some expressions of environmental racism, environmental degradation and difficulties experienced since its creation in relation to social protection and prejudice.

Keywords: Race. Environmental Racism. Environmental Issue. Settlements.

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande. Pós-graduação: Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. e-mail: carlaalexandre55@outlook.com.

² Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFRN). Doutor em Educação (UFRN) e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS/UFPEL. Docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UFCG. Docente do Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Email: luan.gomes@professor.ufcg.edu.br.

RACISMO AMBIENTAL: UN ESTUDIO DEL ASENTAMIENTO DE JUAZEIRO EN EL SERTÃO PARAIBANO

RESUMEN

El artículo parte del problema del racismo ambiental en un Asentamiento de Reforma Agraria en el Alto Sertão da Paraíba, como conflicto socioambiental y territorial, observando el impacto que raza y clase asumen en este escenario de correlaciones de fuerzas, en un contexto de reproducción de las desigualdades socio-espaciales, insertas en el problema del acceso a la tierra, entendiendo la demarcación racial como intrínseca. La investigación es cualitativa, configurada como exploratoria, haciendo uso de la investigación documental con el uso de la legislación, así como el uso de la investigación de campo realizada en el Asentamiento Juazeiro, municipio de Mariópolis-PB. Para la recolección de datos, se estructuró un cuestionario, con el fin de contemplar las categorías trabajadas durante la investigación bibliográfica. La base teórico-metodológica se volcó hacia la teoría social crítica, que permitió una mayor visión y comprensión del fenómeno social. Como resultado, se pudo ver que el espacio del Asentamiento Juazeiro alberga algunas expresiones de racismo ambiental, degradación ambiental y dificultades vividas desde su creación en relación con la protección social y el prejuicio.

Palabras clave: Raza. Racismo Ambiental. Problema Medioambiental. Asentamientos.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa³ tem por objetivo analisar a presença e as implicações do racismo ambiental no território do Assentamento Juazeiro pertencente ao município de Marizópolis-PB, localizado no Alto Sertão da Paraíba. Pretende-se, com isto, estudar um complemento de categorias para assim ter um maior entendimento sobre as problemáticas referentes à raça, à questão ambiental, à proteção social, ao território, e etc. Compreende-se que tais categorias, refletidas de forma conjunta, permitem uma visão mais qualificada acerca da dinâmica e das características que compõem o local de pesquisa e assim se permite entender como o fenômeno do racismo ambiental se apresenta naquela área.

A escolha da temática aconteceu devido à análise de que há poucas discussões sobre o assunto e vê-se, assim, a necessidade de aprofundar esses debates, uma vez que o racismo ambiental se apresenta como algo atual e manifesta-se em muitas realidades, afetando grupos diversos, com um rebatimento racial que reflete na inserção social dessas pessoas. Os espaços dos assentamentos são um desses locais, alvos de expropriação e fragmentação.

O estudo em questão foi dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais, pensado assim para o melhor entendimento, articulando as referidas categorias que envolvem o tema em questão. No primeiro tópico, intitulado “reflexões sobre raça, classe e racismo: um discurso necessário”, são abordadas as discussões acerca das categorias raça e classe, e como tais categorias foram constituídas na sociabilidade, foi realizada uma análise acerca da historicização e da questão

³ Este texto é parte de uma Monografia de conclusão de curso, intitulado “As implicações do racismo ambiental na experiência social e histórica do Assentamento Juazeiro no município de Marizópolis-PB: desafios à proteção social”, defendido na Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sousa, no ano de 2021.

estrutural, inerente a essas categorias, como também ao fenômeno do racismo. A sociedade brasileira tem suas peculiaridades em relação a essas questões e ao seu processo de desenvolvimento.

O segundo tópico, denominado “o racismo ambiental e suas manifestações”, aborda os diálogos sobre o fenômeno do racismo ambiental, a partir de uma análise das discussões sobre as peculiaridades deste último, além de levar o diálogo para a delimitação do campo dos assentamentos.

No terceiro tópico, intitulado “Assentamento Juazeiro no município de Marizópolis: historicização, lugar de fala, proteção social e reflexões acerca do racismo ambiental neste território”, são apresentadas considerações acerca da pesquisa de campo que foi realizada.

ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho deu-se sob a ótica de uma pesquisa bibliográfica, com inspiração de estudos anteriores, sendo fundamentada pelos ideais de autores como Nildo Viana, Florestan Fernandes, Antônio Sérgio Guimarães, Tânia Pacheco, Selene Herculano, Rosemeire Aparecida Scopinho, Delma Pessanha Neves, Alfredo Wagner de Almeida. Tais autores contribuíram com grande relevância para a pesquisa, haja visto que trazem debates qualitativamente relevantes sobre as categorias da temática.

A metodologia utilizada para analisar tal problemática correspondeu a uma pesquisa de cunho qualitativo, para a qual foi realizada uma coleta de dados, através da aplicação de questionários, com o consentimento dos sujeitos da pesquisa. Essa pesquisa foi realizada com seis pessoas acima de 18 anos.

Devido ao cenário pandêmico e à grande disseminação do vírus da Sars-Cov-2 (Covid-19), optou-se por seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), evitando-se, desse modo, o contato direto com os sujeitos da pesquisa em suas residências, para evitar riscos à saúde dos(as) envolvidos(as), havendo apenas a entrega dos questionários aos(as) mesmos(as). Como não houve este contato entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa, foi dado total suporte para sanar qualquer dúvida que pudesse surgir, facilitando assim o preenchimento do instrumental e a coleta dos dados.

REFLEXÕES SOBRE RAÇA, CLASSE E RACISMO: UM DEBATE NECESSÁRIO

É necessário e constantemente propício instigar um debate sobre raça e sobre o que se enquadra junto a essa categoria. A raça ou as raças? Todos são iguais? Todos têm a igualdade que tanto é propagada por discursos meramente superficiais, cobertos por uma fachada humanitária? Essas são questões que deveriam habitar o cotidiano e o pensamento das pessoas, mas que são vistas

como desnecessárias, uma vez que a ideia que é exalada é a de que esse debate é meramente fantasioso e ilusório, conversa sem fundamento, de pessoas desocupadas.

No entanto, a história das raças é a história que dá base às estruturas político/sociais que se têm hoje em nossa contemporaneidade. No processo histórico da humanidade, nada foi neutro ou igualitário, sempre existiu um lado inferior e um lado superior, sempre houve privilégios e este debate precisa ser essencial. É necessário colocar em evidência que há muito a se descobrir em relação às raças e como os rebatimentos dessa história têm a ver com um lugar de classe. Ambas as categorias se interligam, haja vista que a sociedade capitalista demarca claramente quem tem ou não a posse dos meios de produção, e majoritariamente essas pessoas são brancas.

Apesar de ser uma temática bastante necessária, é também um assunto que tem sua complexidade, sendo um campo teórico-metodológico de muitas concordâncias, discordâncias e inquietações. “O conceito de raça nos apresenta uma dificuldade enorme. Esta dificuldade tem sua origem no fato de que raça remete às diferenças físicas no interior da espécie humana” (Viana, 2007, p. 11). Muitos acreditam que há apenas duas raças: branca e negra, outros creem que há inúmeras raças pelo fato de a miscigenação ter ocorrido no período colonial e resultado em características relacionadas a fenótipos diferenciados.

Podemos definir raça como uma população que possui em comum um conjunto de características físicas (fenotípicas) hereditárias que se transformam através da relação com o meio ambiente e da miscigenação. Um indivíduo pertence a uma raça se possuir este conjunto de características diferenciadoras. Este conjunto, por sua vez, é transmitido hereditariamente e por isso características físicas derivadas de acidentes físicos ou biológicos não fazem parte deste conjunto. Tal conjunto de características físicas são fenotípicas e não genotípicas. (Viana, 2007, p. 12)

A miscigenação é responsável pelo desencadeamento de uma mistura de raças que antes eram reproduzidas com os seus semelhantes, contudo, não se deve romantizar este encontro, pois nada se teve de pacífico, mas sim de violento.

O processo histórico que proporcionou um alto grau de miscigenação traz uma nova dificuldade que deve ser resolvida. As raças humanas possuem sua origem num mesmo espaço territorial e se reproduziam enquanto raças mais ou menos sem miscigenação devido ao isolamento espacial que não permitia, na maioria dos casos, contatos raciais. A raça negra, por exemplo, tem sua origem no continente africano e seu desenvolvimento ocorreu de forma relativamente isolada das demais raças até o momento histórico de expansão do capitalismo. A raça amarela, por sua vez, tem sua origem no continente asiático e regiões próximas. (Viana, 2007, p. 13)

E com relação à raça negra, cabe enfatizar que os(as) negros(as) africanos(as) compõem o corpo de trabalhadores(as) do território do Brasil desde seus primórdios, porém, não eram quaisquer trabalhadores(as), eram escravizados(as), que não detinham direitos, muito menos posição de cidadãos(ãs), ou sujeitos de posses. O período escravista marca uma das fases mais cruéis em relação ao contato entre raças distintas. “[...] nessa sociedade muito racalista a raça era importante,

nativamente importante, para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais” (GUIMARÃES, 2003, p. 99).

O racismo adentra as estruturas desta sociedade e das relações sociais que se formam no território brasileiro, sendo que cada vez mais incide na vida de negros/as, demarcando que o lugar e as condições desses(as) devem ser mínimos, periféricos e longe daqueles que ocupam espaços prevaletentes na sociedade.

O racismo emerge a partir de relações raciais conflituosas, marcadas pela opressão de uma raça sobre outra. [...] O racismo surge num momento histórico preciso, o da ascensão e desenvolvimento do capitalismo. A escravidão negra fornecia o elemento necessário para a emergência da ideologia racista e seu fundamento foi, no início, religioso e, posteriormente, racionalista com pretensões científicas, [...] portanto, é com o desenvolvimento das sociedades européias no período de transição ao capitalismo e a sua expansão comercial e colonial que se cria uma nova situação histórica que altera o caráter das relações raciais criando e consolidando o racismo. É a adoção do trabalho escravo dos negros e o tráfico negreiro que torna necessária uma ideologia que justifique essa prática social de discriminação racial. (Viana, 2007, p. 14 – 26)

Cabe evidenciar a importância desse fenômeno como instrumento de potencializar o capitalismo e suas formas de atuação, contudo o mesmo não é limitado e muito menos um fenômeno que se gerou com certas características e permaneceu com elas. O racismo é histórico e está interligado ao desenvolvimento social e às estruturas sociais “[...] o racismo da época escravista é diferente do racismo da época contemporânea.” (Viana, 2007, p. 27). As formas de preconceito e de exclusão são atualizadas com o passar dos anos e dos momentos, viabilizando que o racismo se diferencie no tocante à sua atuação. Porém, é necessário ressaltar que ele não foi extinguido ou diminuído em nenhum momento, principalmente no espaço brasileiro, ele apenas se reatualizou conforme as estruturas sociais e políticas iam se formando.

No caso do racismo ou de outras formas de preconceito contra outros grupos sociais, o confronto com um indivíduo com determinadas características físicas (racismo, sexismo) ou culturais (outras formas de preconceito) provoca a generalização para todos os outros indivíduos com as mesmas características. (Viana, 2007, p. 15)

Nesse percurso de reatualização dos fenômenos, é necessário buscar concretizar o processo de intersecção para que se possa compreender, num horizonte de totalidade social, esses processos, por isso é necessário analisar conjuntamente os fenômenos sociais como aqueles envolvidos com relação à raça e à classe, que não podem ser vistos como coisas paralelas e sem eixos que fundamentam essa junção. Esse argumento pode ser ampliado pela compreensão de que “[...] existem duas polaridades, que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos - a classe e a raça. [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, [...]” (Fernandes, 1989, p. 62).

A classe não se liga somente a uma posição econômica ou a como o indivíduo emite seu status na sociedade. Guimarães (2003) afirma que classe pode ser um conceito analítico ou um conceito nativo, ou seja, a classe não deve enquadrar o conceito sobre esta categoria apoiado em análises vagas. O pertencimento pessoal e a análise subjetiva dos indivíduos devem entrar nesse processo. “A classe dele, para ele, o modo nativo como ele se identifica é como trabalhador, é essa a ideia de classe que ele tem” (Guimarães, 2003, p. 98). Esse processo conjunto de raça e classe é uma aliança imprescindível para fortalecer o racismo, multiplicando-o e o fortalecendo-o.

Portanto, o racismo e suas expressões diversas se ramificam em muitos espaços, em muitos eixos, apropriando-se cada vez mais das condições e dos campos nos quais pessoas com raças pré-julgadas como inferiores estão inseridas. Não seria diferente com relação ao racismo ambiental, que não é uma problemática aprofundada em termos de discussão, além de ser pouco conhecida, mas que tem muitos impactos na vida social daqueles(as) que, em campos marginalizados, são atingidos(as) por este fenômeno.

O RACISMO AMBIENTAL: QUANDO O AMBIENTE RETRATA EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Como já evidenciado, o complexo fenômeno que se constitui enquanto racismo é intrínseco às relações sociais, raciais, capitalistas, políticas e etc., que formam a realidade. Trata-se, portanto, de uma problemática que pode ser visualizada em várias situações que compõem a sociabilidade dos sujeitos, manifestando-se de muitas formas, porém, sem extinguir a essência que há dentro desse fenômeno, ou seja, sendo sempre intrínseco o preconceito e com o intuito de apropriar-se dos segmentos minoritários, majoritariamente negros(as)/pardos(as), assim como de suas inserções e possibilidades na sociedade.

Uma das ramificações acopladas a este processo e que tem muitos impactos é o racismo ambiental, tendo muitos eixos a serem debatidos e analisados, visto que é uma problemática que abarca questões sérias e que não têm a devida visibilidade no cenário de discussões, fazendo com que muitas pessoas não cheguem nem a pensar nesse tipo de adversidade.

É um tipo de racismo que engloba o território, o acesso à terra e a questão racial, sendo o estigma algo muito presente nesse processo, porém não se deve pensar somente na parte ideológica e subjetiva que esta problemática acarreta, mas também nas questões concretas, como impactos em relação ao ambiente, os quais degradam o território e seus recursos, com reflexos diretos na vivência daqueles que nesses locais residem.

Herculano (2008) aponta em suas elucidações que o racismo ambiental se configura como um tipo de injustiça ambiental que não é algo generalizado, mas que se direciona a certos grupos específicos, populações ditas tradicionais, das quais a autora aponta os(as) ribeirinhos(as),

extrativistas, geraizeiros(as), pescadores(as), pantaneiros(as), caiçaras, vazanteiros(as), ciganos(as), pomeranos(as), comunidades de terreiro, quilombolas e etc., dentre muitos outros grupos que se enquadram no escopo deste fenômeno, sendo que esses sujeitos passam a se deparar com a chegada de construções que os(as) expulsam de seus territórios e desorganizam suas respectivas culturas. A autora também vai expor que este tipo de acometimento acontece também nos espaços urbanos em relação àquelas pessoas que residem em locais que são próximos das indústrias que poluem e dos espaços que são depósitos de despejo químico.

É importante salientar que o racismo ambiental não está ligado somente à poluição ou à contaminação, mas também a questões que passam despercebidas e não são tratadas com a devida importância, questões estas que Pacheco (2008) evidencia, como: a intensificação do turismo em lugares como o litoral nordestino⁴, fazendo com que áreas indígenas sejam colocadas em risco perante a possibilidade de construções; a elevação da temperatura, que causa o risco da falta de abastecimento de água doce; as secas, que estão se tornando cada vez mais severas, fazendo com que o ecossistema se modifique e uma porcentagem do país se torne deserto ou semideserto; o desmatamento, que causa a emissão de gases com efeito estufa, dentre tantos outros exemplos que podem ser analisados em relação a esta problemática, principalmente pelos órgãos competentes e pelo Estado. Esse problema de ordem socioambiental pode ser percebido com “as construções de hidrelétricas, as mudanças nos cursos dos rios e as monoculturas nos quatro cantos do país causam graves e irreversíveis danos à vida de povos indígenas, de remanescentes de quilombolas e das populações denominadas como tradicionais (Silva, 2012, p. 103-104).

Muitos indivíduos são obrigados a saírem dos seus territórios de origem, sejam eles(as) no campo ou em espaços específicos do mundo urbano, porém, em ambos os territórios é visível a escassez de políticas públicas e sociais para enfrentar o problema. Em favelas ou bairros estigmatizados, é preponderante a falta de saneamento, o baixo índice de escolaridade e educação, os trabalhos precarizados e, quando se observa a população dessas áreas esquecidas pela proteção social, vê-se que negros(as) estão em maioria. Porém, não é somente pela cor que o racismo ambiental está sendo perpetuado⁵, há uma complementariedade que é importante ser observada para melhor compreensão: “O racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças

⁴ O site Agência EFE aponta que as empresas multinacionais Coca-Cola, Pepsi e Nestlé são as empresas que mais poluem os mares e praias com plásticos, e esse tipo de poluição pode ser bastante comum em áreas turísticas. <https://www.efe.com/efe/brasil/varios/coca-cola-pepsi-e-nestle-as-empresas-que-mais-poluem-os-mares-com-plastico/50000250-3775922>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

⁵ Um dos exemplos que cabe ser ressaltado nessa análise é o caso da região nordeste que é estigmatizada intensamente, além de, em determinados pontos, haver a falta de água e a seca preponderante; contudo, é também intensificada a ideia de que a região nordeste abriga pessoas que são desqualificadas, pensamento este que é ultrapassado e sem fundamento, mas que ainda é muito visualizado. “Não há interesse político em resolver o problema da seca no Nordeste brasileiro. O jogo de biopolítico dos mecanismos de poder com a vida destas pessoas é ultrajante” (Abreu, 2013, p. 97).

ocorridos com grupos vulneráveis, seja histórica, econômica, social ou ambientalmente desprotegidos” (Abreu, 2013, p. 90).

Para enfrentar essa problemática, houve muitos avanços nesse campo e é importante destacar o movimento pela justiça ambiental que se torna peça fundamental no tocante à visibilidade de problemáticas ambientais, fazendo com que não só haja o conhecimento de tais questões, como também a articulação da luta socioambiental em defesa dos territórios e das pautas sociais que nestes espaços são engendradas. Acselrad (2010) argumenta que o movimento de justiça ambiental teve sua gênese nos Estados Unidos, a partir de 1980, e que visava expor as condições desiguais em torno de questões socioterritoriais, porém, esse tipo de problemática só ganha maior visibilidade em 2005, com as evidências advindas do furacão Katrina, em Nova Orleans. Com a aproximação deste movimento no Brasil, foi desencadeado o abeiramento de estudiosos(as) com a temática, assim como de movimentos sociais, o que acabou acarretando, segundo o autor, o “Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania”, realizado em 2001, na cidade de Niterói, que contou com a presença de muitas categorias, inclusive do sociólogo estadunidense Robert D. Bullard⁶, que representa um grande nome nesse campo de discussão, uma vez que realizou o primeiro mapa de desigualdade ambiental.

Apesar de avanços no trato desta temática, ela ainda é pouco conhecida e discutida, e ainda, conseqüentemente, pouco combatida. Esse campo de injustiças ambientais/sociais precisa ser entendido para que se possa formar meios de enfrentamento. A discussão sobre a questão/reforma agrária abarca tais análises e vai adentrar as reflexões sobre os espaços específicos como os assentamentos.

Os impactos no quesito social são muito intensos, porém não se pode deixar o aspecto ambiental de lado, pois a natureza, e tudo o que dela advém, impacta de muitas formas a vida em sociedade. A degradação direcionada a estes espaços deve sempre ganhar espaço e também ingressar como eixo de diálogo e discussões contínuas.

Em relação ao meio ambiente pode-se apontar a destruição da natureza em escala globalizada com vários problemas ambientais: aquecimento global, desflorestamento, contaminação de rios e mares, desertificação, extinção de fauna e flora, entre outros. Tudo isso vem demonstrando a lógica destrutiva do processo de acumulação do capital, um processo que destrói o trabalho, a natureza, a vida ocasionando uma crise estrutural do capital (Zacarias, 2009, p. 68).

O racismo ambiental em relação às populações do campo, que lutam pelo acesso à terra como um direito à vida, é concreto, expressando-se pelas vias da criminalização daquelas, uma vez que

⁶ Robert Bullard é um grande ativista e defensor das causas socioambientais. De acordo com o site *Dr. Robert Bullard Father Of Enviromental Justice*, o mesmo atualmente é professor emérito de Planejamento Urbano e Política Ambiental, além disso, também é diretor do Centro Bullard para Justiça Ambiental e Climática. É importante enfatizar que Robert Bullard foi premiado por suas diversas obras que abordam questões socioambientais.

questionam a posse da propriedade privada da terra pelos grandes latifundiários. Dessa forma, a percepção racista, reproduzida historicamente a respeito dos camponeses que lutam pela terra, é a de que estes são criminosos e perigosos.

Como uma característica importante, os direcionamentos mercantis são um eixo intenso para as configurações das práticas do racismo ambiental, pois o mercado formula sempre meios de usufruir dos espaços, com projetos, programas, planejamentos e desmatamentos que muitas vezes colocam em risco certas áreas, e não seria diferente nos assentamentos, apesar de haver melhoras na vida daqueles(as) que são assentados(as) em detrimento da vida que tinham antes de se inserirem nesses espaços⁷. Scopinho (2009) analisa que muitas vezes permanecem as dificuldades econômicas que crescem como limites impostos pelo mercado, assim como pela insuficiência das políticas públicas de crédito, assistência técnica, entre outras, que acabam refletindo na pequena produção agrícola, e, como tal produção é algo essencial na subsistência de assentados(as), acaba rebatendo fortemente na vida destes(as) últimos(as) e interferindo na permanência destes(as) nos referidos espaços.

É importante destacar que a degradação do meio ambiente é algo intrínseca ao racismo ambiental e que não apenas se apresenta em entornos urbanos, comunidades tradicionais, mas acontece também em assentamentos, afetando drasticamente as reservas e recursos naturais desses locais.

A subsistência dessas pessoas deveria advir da produção do próprio assentamento, mas não é o que é visto majoritariamente, pois eles não comportam infraestrutura adequada, muitos moradores não recebem incentivo para criação de mecanismos para a subsistência familiar, além das políticas sociais voltadas a este segmento serem cada vez mais fragilizadas. Scopinho (2009) analisa que o projeto de assentamento em si deve buscar romper com a agropecuária tecnicista que foi a causadora de muitas repercussões negativas, proporcionando danos ambientais, e fazer com que o(a) trabalhador(a) rural volte ao seu espaço de origem e possa desenvolver suas atividades, sendo influenciado pelos princípios agroecológicos, com vista ao trabalho familiar, buscando uma produção para o trabalho interno e popular.

Há muitas formas do racismo ambiental se apresentar nos espaços dos assentamentos, impossibilitando a concretude de seus projetos, de autonomia e desenvolvimento sustentável, além de desenvolver ações que são embutidas de impacto racial. É necessário fortalecer a luta e contestar o Estado diante da atenção que este tem desenvolvido a esses campos. Por conseguinte, uma realidade

⁷ Sabe-se que para a acumulação de lucro do capital, a especulação imobiliária é muito utilizada. Como exemplo disto, pode-se citar o município de Uiraúna no sertão paraibano, e que, como explana Filho, Marques e Lima (2017), as ofertas relacionadas à infraestrutura na área central da referida cidade favoreceram a valorização de imóveis que seriam objeto de aquisição pela especulação imobiliária, sendo que o poder público não intervinha nestas situações, e, com todo este contexto, coube aos espaços afastados do centro da cidade, o lugar para o desenvolvimento dos bairros populares, ficarem desprovidos de infraestrutura.

específica de um assentamento será apresentada, com o intuito de correlacionar a dinâmica deste com os conflitos existentes.

Como tudo que é considerado um atraso para o desenvolvimento capitalista do país é discriminado e rodeado de estigmas, não seria diferente nas concepções sobre os assentamentos e sobre os indivíduos que nele residem. A questão agrária é algo estrutural, que demarca desigualdades em torno do trato fundiário e que se relaciona a uma maior apropriação da terra por parte de poucos, ou seja, por parte dos grandes latifúndios, por aqueles(as) que apresentavam condições de possuir e manter a terra e sua produtividade, enquanto os(as) pobres ficavam com o papel de ínfimos trabalhadores(as) e que não tinham condições de possuírem terra.

Este processo de poder sobre a terra, iniciado desde o Brasil colônia, é gancho intrínseco aos conflitos socioambientais que perduram e se intensificam na contemporaneidade. Em campos segregados, que são ocupados por grupos desfavorecidos e que conseqüentemente carregam a herança da desapropriação da terra e da falta de poder sobre ela, há a visualização do resultado deste complexo processo que se personifica nos conflitos de raça, classe, políticos, ambientais, e etc. O racismo ambiental é fruto desse processo, dessa luta e confronto pela terra, é um dos resultados de todo esse trâmite que não é atual, mas algo histórico.

Gonzaga (2017) aponta que esses territórios não devem ser romantizados, relacionados à luta dos povos por seus espaços na sociedade. É necessário ir além do exposto, ver o que se enraíza neste fenômeno do conflito socioambiental e saber identificar as expressões que dele advêm.

As relações territoriais se atrelam às questões raciais, econômicas, políticas, sociais, socioambientais, entre outras. Esse processo de visualização carregada de distorções perante essas pessoas causa um processo de discriminação, preconceito, realização de atos racistas, desemprego, dificuldades que se intensificam no cotidiano. O racismo ambiental, enquanto uma expressão do conflito socioambiental e territorial (Zhour, A; Laschefski, K, 2010) em assentamento rural, situa-se num campo de disputa pela posse e ocupação da terra, como um direito.

O TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO JUAZEIRO: HISTORICIZAÇÃO, RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO SOCIAL E RACISMO AMBIENTAL

O Assentamento Juazeiro pertencente ao município de Marizópolis, no alto sertão da Paraíba. O citado município é localizado entre as cidades de Sousa-PB e Cajazeiras PB. De acordo com o IBGE de 2019, tem sua população estimada em 6.654 habitantes, no ano de 2020, e, com relação ao aparato da proteção social, dispõe, na área da saúde, de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e uma Policlínica no campo do município, além de uma UBS no Assentamento Juazeiro que cobre o atendimento a toda zona rural. Em relação à assistência, o município dispõe de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Secretária de Assistência Social.

Foi analisada a realidade do Assentamento Juazeiro/Marizópolis-PB, através da aplicação de questionários, tendo o intuito de entender o campo e refletir se existem características componentes do racismo ambiental. Para dar início às análises e ao debate, algumas perguntas foram direcionadas aos(as) participantes em torno da categoria raça. Ao estudar os questionários, vê-se de início que todas as pessoas que responderam ao instrumental são negras(os) e pardas(os), de acordo com sua autodenominação. Em resposta às perguntas relacionadas à vivência com o racismo e preconceito, direcionadas ao fato de serem assentados(as), correlacionando a cor de pele e o termo sem-terra, os sujeitos assim explanaram:

Na época do colégio, os funcionários e os outros alunos nos tratavam de forma bem preconceituosa, evitando inclusive nossa presença. [...] muitas vezes (Marcelo Barros⁸).

Sim, na escola meus colegas riam de mim e ficavam fazendo piadinhas com isso. Sim, já sofri preconceito. (Adelaide Gonçalves Pereira)

Sim, por ser assentada e por ser negra. Um ex-prefeito proferiu palavras de baixo calão e chamou todos da comunidade de bandidos, quase sempre na cidade eles esperam o pior daqui. Por conta da minha cor uma menina não me cumprimentou em uma roda de amigos onde eu era a única negra. [...] Sim, além das piadas falando para não roubar as terras das pessoas (Irmã Alberta)

Sim, alguns “Sem terras” da cidade, principalmente uns taxistas, já tentaram denegrir nossa imagem. (Carolina Maria de Jesus)

Sim, por sermos sem-terra, sim sempre existe preconceito por cor da pele. (Dandara Palmares)

Já foi muito tempo e hoje está mais no decore dos tempos está mudando (Tia Ciana).

Com relação à questão ambiental e ao trato com o ambiente local, foram constituídas perguntas com a finalidade de saber se o local já foi ou é espaço de destruição ambiental, de depósito de lixo, se alguma empresa já quis construir obras no espaço e se os(as) mesmos(as) consideram o Assentamento Juazeiro um espaço que preserva a natureza, oferecendo uma vida sustentável.

Não. (Marcelo Barros)

Houve uma época que não passava carro de lixo, então as pessoas jogavam e queimavam o lixo no quintal de casa. (Adelaide Gonçalves Pereira)

Sim. Desmatamento e descarte irregular de lixo. (Agora o carro de lixo passa uma vez por semana). [...] No início não muito, mas com o acompanhamento do CPT, são feitas oficinas voltadas para a agroecologia. Agora alguns moradores sabem a importância de preservar a natureza. [...] Não, porém tem uma empresa vizinha à comunidade, em que os caminhões passam aqui para chegar até as cidades,

⁸ Os nomes escolhidos para substituírem os nomes dos sujeitos da pesquisa referem-se a ativistas negros(as) e das lutas socioambientais, que tiveram grande influência nesses movimentos e que representam grande importância.

prejudicando as estradas, mas essa empresa nunca fez ou ajudou na manutenção das mesmas. (Irmã Alberta)

Sim, ainda hoje é! Vários assentados, mesmo sendo instruídos sobre, continuam desmatando [...] o lixo produzido no próprio eram jogados no meio ambiente. Sem nenhum controle. (Carolina Maria De Jesus)

Sim, houve muito desmatamento e lixo a céu aberto. [...] Sim, pelos próprios moradores [...] Não. (Dandara Palmares)

Foi para construção da agrovila e áreas de plantação que os lotes [...] antes era depósito do nosso próprio lixo, mas hoje tem a coleta de lixo pela prefeitura [...] tem a área de preservação do a açude e uma reserva em cada lote [...] não nenhuma- (Tia Ciana)

Pautas como a proteção social também foram eixo da pesquisa. Em busca de saber como a comunidade recebe essa proteção, seja da prefeitura local ou das instituições que fazem parte da construção do assentamento, houve indagações com o objetivo de entender se o território conta com a assistência e atenção da gestão municipal, das secretarias, UBS, sindicatos e etc., como também de outras instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outras, no intuito de saber quais são as atividades desenvolvidas por essas organizações e se os sujeitos e seus familiares são bem atendidos nesses locais.

Sim. UBS, CPT INCRA e as secretarias do município. [...] Acompanhamento nas atividades e desenvolvimento de projetos. [...] Já, pela UBS o atendimento no geral é bom. (Marcelo Barros)

Sim. UBS, INCRA, CPT, EMATER. [...] Assistência aos moradores quanto à saúde, plantio e animais e atividades culturais. (Adelaide Gonçalves Pereira)

Por muito tempo a comunidade foi esquecida pelo município, principalmente em relação à infraestrutura. A EMATER também não foi muito atuante na comunidade, na maior parte do tempo a comunidade só teve assistência da CPT e INCRA. Faz poucos anos que a EMATER começou a atuar na comunidade. A igreja católica sempre esteve presente fazendo trabalho social. O município agora está bem atuante em relação à saúde, educação e infraestrutura. [...] Assistência técnica, cursos de arte, culinária, artesanato e formação de jovens líderes. Trabalho sociais com crianças. (Irmã Alberta)

Sim. CPT, INCRA, EMPAER, STR, UBS, STR [...] Assistência, elaboração de projetos. [...] ótimo atendimento. (Carolina Maria De Jesus)

Sim. INCRA, EMATER, UBS, sindicatos, secretaria de assistência social. [...] sim somos bem atendidos. Não, todos os serviços são de ótima qualidade. (Dandara Palmares)

Todos do assentamento juazeiro são bem atendidos na escola e na UBS. (Tia Ciana)

Ao analisar a categoria racismo ambiental numa perspectiva que contornou todo o trabalho nas análises teóricas e na pesquisa de campo, pode-se perceber como elas se entrelaçam e se

complementam, distanciando a ideia de fenômenos isolados e enquadrados em limitadas estruturas. A realidade se mostra bastante dinâmica, podendo mudar a qualquer momento e englobar outras categorias em um único fenômeno histórico-social.

O espaço dos assentamentos torna-se lugar de ressignificação, colocando em xeque os modos de vida que destoam de ideais como a igualdade, a liberdade, a justiça e a cidadania. Um novo modo de vida é pensado para os assentamentos, visando a sustentabilidade, sem apropriação exploratória dos recursos da natureza, com cooperatividade e com respeito às diversidades que compõem esses lugares. No sertão paraibano, esses espaços tornam-se instrumento de protagonismo, de desenvolvimento da renda, principalmente no que se refere aos produtores rurais. Isto, portanto, é peça primordial no tocante à diminuição do êxodo rural e ao fortalecimento das relações sociais.

Foi identificado, a partir das falas dos(as) participantes da pesquisa, que os(as) mesmos(as) já viveram algum momento preconceituoso direcionado a eles(as) pelo fato de serem assentados(as) e também pela cor da pele, isso demonstra que o racismo de alguma maneira se faz presente na vida dessas pessoas, seja por serem negras(os) ou pardas(os), ou por serem classificadas(os) como “sem-terra”, de forma depreciativa, deixando de lado o real significado deste nome que é embutido de historicização, advindo de muitas lutas que, por sua vez, são marcadas por muitas mortes e perseguições.

Os(as) assentados(as), inclusive os(as) negros(as) e pardos(as), são generalizados em torno de ataques desse tipo, um fenômeno como o racismo não é um conflito individual, de relações individuais, mas sim um confronto macrossocial e, como viu-se na fala dos(as) participantes, sendo eles(as) de determinada raça, o preconceito e ações racistas se fizeram presentes em suas vidas e a questão de ser parte de uma construção política e de resistência, como o assentamento, intensificou este processo excludente.

O termo “sem-terra” torna-se uma atribuição pejorativa destinada a esses indivíduos, tornando-se algo naturalizado nos variados espaços. Para desconstruir essas atitudes e desnaturalizá-las, é importante entender o processo de construção deste campo, caracterizado como espaço de construção identitária, e de busca pelo rompimento das relações de poder.

As instituições e serviços como a UBS, a escola, a EMATER, INCRA, CPT, Sindicato, Associações e etc., são meios fundamentais para garantir a proteção social do local. Os serviços de atividades rurais são fundamentais para a manutenção dos objetivos da reforma agrária e os serviços fornecidos pelo município são essenciais também na atenção ao local. Segundo as falas, essa tensão cada vez mais vem melhorando e os(as) participantes apontaram ser bem atendidos(as) nesses serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo ambiental pode ser sim evidenciado no Assentamento Juazeiro, pois, como observado nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, houve a constatação de que há danos ambientais no local, provocados pelos próprios(as) moradores(as). Mesmo com a devida orientação e instrução dos serviços como a CPT, muitos sujeitos continuam a desmatar e a causar outros prejuízos ao meio ambiente. Também de acordo com as falas, a coleta de lixo antigamente não era realizada, fazendo com que houvesse esse descarte a céu aberto, sendo uma omissão por parte municipal.

É também um reflexo do racismo ambiental a atenção mínima voltada ao local. No quesito de proteção social, durante muito tempo, a comunidade parece ter sido esquecida, fazendo com que se acentuassem as dificuldades do território. Ser assentado(a) e negro(a)/pardo(a) intensifica esse processo de danos advindos dos preconceitos, seja rebatendo na vida material e física, como também na questão subjetiva. Isso fortalece ainda mais a necessidade de aprofundar os estudos sobre questão ambiental adicionada à questão racial.

É importante evidenciar a presença deste fenômeno nesses espaços que muitas vezes são alvos de preconceito, espaços estes que devem ser objeto de luta pela reforma agrária, inclusive no sertão paraibano. Como afirma Oliveira e Miranda (2019), a criação destes assentamentos proporcionou muitos pontos positivos, econômicos e sociais para as áreas dos municípios sertanejos, e, com o apoio do INCRA, modificou a vida dos agricultores e mudou pontos da questão fundiária no sertão. Porém, ainda é necessário adquirir melhores condições materiais de existência para, assim, melhorar o desenvolvimento social e econômico dos agricultores que vivem ameaçados pela lógica do agronegócio.

É muito importante que a consciência ambiental seja parte da construção deste(a) cidadão(ã) que está inserido(a) em um assentamento que visa novos modos de vida, sendo essencial também o entendimento de que a apropriação exploratória dos recursos naturais pelas diversas empresas capitalistas vai em contraponto ao que o projeto de reforma agrária objetiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Sousa. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. *Opínion Jurídica*, v. 12, n. 24, p. 87-99, 2013.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 67, p. 103-119, 2010.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

Dr. Robert Bullard Father Of Enviromental Justice. Biografia. Disponível em: <https://drrobertbullard.com/biography/>. Acesso em: 01 de Outubro de 2021.

EFE, Manila. *Coca-Cola, Pepsi e Nestlé: as empresas que mais poluem os mares com plástico*. Agência EFE, Manila, 09 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/brasil/varios/coca-cola-pepsi-e-nestle-as-empresas-que-mais-poluem-os-mares-com-plastico/50000250-3775922>. Acesso em: 02 de outubro de 2021.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FILHO, Boanerges de Freitas Barreto; MARQUES, Emanuely dos Santos; LIMA, Daniela de Freitas. Especulação Imobiliária em Cidades Pequenas do Semiárido: o Caso de Uiraúna/PB. In: Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 2., 2017, Campina Grande-PB. *Anais...* Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2017.

GONZAGA, Amilton Vitorino. *Conflitos em territórios quilombolas: algumas dicas para o enfrentamento do racismo ambiental*. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.3, n.1, jan./abril 2008.

OLIVEIRA, Saul Ramos de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão Paraibano. *Ciência & Trópico*, v. 43, n. 2, p.111-124, 2019.

PACHECO, Tania. *Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania*. Combate Racismo Ambiental, 2008. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Vol. 12, n. 2, p. 257-270, 2009.

SILVA, Lays Paes e Silva. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. In: FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania. *Desigualdades ambientais: conflitos, discursos e movimentos*. Coimbra – Portugal: Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, 2012.

VIANA, Nildo. Raça e Etnia. In: SANTOS, Cleito Pereira dos et al. *Capitalismo e questão racial*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. *Praia Vermelha*, v. 19 n. 2, p. 1-170, Jul-Dez, 2009.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. 2010. Conflitos ambientais. Texto inspirado na Introdução do livro *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação*. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.